

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 054

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 014ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE MAIO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Divanir Braz Palma.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1287

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, votação em bloco das proposições de veto, dos itens 01 ao 07, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação da Proposição nº 16/2001 - item 07, por uma sessão.

Sala das Sessões, em 08.05.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimentos de autoria da senhora Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a retirada de votação da Proposição nº 016/2001, item 7, por 01 (uma) sessão. **Aprovado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados. Estou pedindo a retirada deste projeto por uma sessão, tendo em vista que a Frente da Agricultura Familiar composta por várias entidades ligadas à Agricultura Familiar terá no dia de amanhã uma extensa pauta de negociação, inclusive com o Governo do Estado, e também a gente pediu essa retirada para que seja votado no dia de amanhã, para que esse pessoal possa acompanhar também a votação aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado.**

Portanto sai o item 07 da Ordem do Dia da nossa Sessão Extraordinária.

Requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, dos itens 01 ao 07, constante na Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Vai se proceder a votação em bloco dos itens 1 ao 6, que encontra-se em pauta da nossa Sessão Extraordinária.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 04/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 377/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo

a doar lote de terreno à Prefeitura de Itapejara do Oeste, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 386/99

Curitiba, 21 de dezembro de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 231/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 377/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 377/99, foi publicado em 2ª Discussão, no D.A. nº 138/99, de 14/10/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO AO PROJETO DE LEI Nº 377/99

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do deputado Augustinho Zucchi, o presente projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a doar lote de terreno à Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, como objetivo de construir moradias para a população pobre do município.

O projeto de lei foi vetado pelo chefe do Poder Executivo, tendo por justificativa “que o imóvel poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao sistema Previdenciário Estadual.”

Do Parecer

O artigo 215 do Regimento Interno, assevera que “os projetos devolvidos à Assembléia, com veto parcial ou total do governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias” A proposição recebida em 17/02/2000, se encontra, pois, dentro do prazo legal e regimental, estando em condições de ser apreciada pelo Plenário da Assembléia Legislativa, nos termos legais.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 26/2000, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 200/99, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a instituir, através da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, o Projeto “Casa Abrigo”, destinado a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 043/2000

Curitiba, 01 de fevereiro de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 333/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 200/99, por julgar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir, através da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, o Projeto “Casa Abrigo”, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o artigo 4º e seu parágrafo único.

A negativa de sanção às referidas disposições (artigo 4º e parágrafo único) foi necessária porque, ao determinar prazo para execução de despesas não previamente incluídas na “Lei de Meios” e adotando posicionamento incompatível com o caráter autorizatório de que se revestem os demais pontos básicos da medida, configura aspectos que contrariam os elevados interesses públicos, não só diante de preocupação para evitar-se possíveis dificuldades no cumprimento de tal prazo, mas, também, face prismas de inconstitucionalidade, por ofensa aos artigos 133 e seguintes, da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 200/99, foi publicado em redação final, no D.A. nº 201/99, de 14/12/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 26/2000

P A R E C E R :

A presente proposição é oriunda do veto governamental, parcial, ao Projeto de Lei nº 200/99, de autoria da nobre deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder

Executivo a instituir o Projeto Casa Abrigo, destinado a acolher mulheres vítimas de violência.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, ao encontrar veto apostado dentro dos prazos constitucionais, apresenta parecer pelo encaminhamento da mesma à deliberação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 58/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 546/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia de Mulher de Dois Vizinhos. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 169/2000

Curitiba, 05 de setembro de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 070/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 546/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei, que em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 546/99, foi publicado em Redação Final, no D.A. nº 059/2000, de 24/05/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 058/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 546/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 59/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 550/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente, no município de Almirante Tamandaré. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 170/2000

Curitiba, 05 de setembro de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 072/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 550/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 550/99, foi publicado em Redação Final, no D.A. nº 059/2000, de 24/05/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 059/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 550/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 60/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 621/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente, no município de Marechal Cândido Rondon. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 171/2000

Curitiba, 05 de setembro de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 107/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 621/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 621/99, foi publicado em redação final, no DA nº 086/2000, de 21/06/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 060/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 621/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Marechal Cândido Rondon.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 02/2001, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza o Poder Executivo a transferir, a título de doação, para a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, os lotes urbanos que relaciona. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 275/2000

Curitiba, 29 de dezembro de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 225/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Esta-

dual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 276/2000, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a transferir, a título de doação, para a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, os lotes urbanos que relaciona, integrantes do "Loteamento Curitiba", da cidade de Cascavel, imóveis esses havidos pelo Estado do Paraná em decorrência do Decreto Federal nº 65.551, de 21 de outubro de 1969, assim como autorizar e indicar outras providências pertinentes ao assunto, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o art. 8º.

O não acolhimento ao mencionado art. 8º, deve-se ao fato de a exclusão ali contida não consultar aos superiores interesses públicos porque, tendo o art. 1º relacionados os lotes que serão doados à Cohapar, é óbvio que aqueles utilizados por órgãos públicos não seriam atingidos pela medida e, principalmente, porque não caberia nem haveria respaldo legal que justificasse as pretendidas indenizações a terceiros.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 276/2000, foi publicado em Redação Final, no DA 147/2000, de 30.10.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO 02/2001

PROJETO DE LEI Nº 276/2000

P A R E C E R :

Analisando o veto Governamental sob nº 02/2001, entende esta Comissão de Constituição e Justiça estar o mesmo em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Solicito ao 1º secretário que proceda a chamada nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

Procede a chamada para a votação.

O SR. PRESIDENTE

Trinta e três senhores deputados votaram. Essa Presidência convida os deputados Cesar Seleme, Antônio Carlos Baratter para fazer a contagem dos votos.

Vinte e um votos sim, doze não. Ficam portanto, **mantidos os vetos.**

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 16/2001, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a criação do Programa de Habitação Rural do Estado do Paraná e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

De conformidade com o requerimento da senhora deputada Luciana Rafagnin, acima aprovado, fica portanto adiada a discussão por 01 (uma) sessão da Proposição nº 16/2001.

OF/CTL/SEEG Nº 038/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 233/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 012/2000, por inconstitucionalidade, porque, comprometendo recursos públicos não previstos na “Lei de Meios”, fere os arts. 133 e seguintes da mesma Constituição e, ainda, por conseqüente desatendimento às determinações da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 012/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 155/2000, de 08.11.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 016/2001

P A R E C E R :

O governador do Estado, usando da atribuição assegurada pelo art. 87, inciso VII, e de acordo com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, opôs veto ao Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da nobre deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a criação do Programa de Habitação Rural do Estado do Paraná e dá outras providências.

Fundamentação

A proposição em questão, analisados aos aspectos legal, constitucional e regimental da mesma, não apresentou nenhum óbice ao trâmite normal por esta Casa de Leis, sendo pois Favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, para logo após o término da Sessão Ordinária, com seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 016, 023, 046, 052/2000 e 016/2001.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Ângelo Vanhoni apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 097/2000, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Ângelo Vanhoni apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 027/2001, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Ângelo Vanhoni apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 032/2001 e 071/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Fernandes da Silva Litro apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 648/97, 103/99, 134/99, 317/99 e 067/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 663/97, 653/99 e 190/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Tony Garcia apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nºs 628/99, e o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 75/2001, 77/2001 e 78/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária